

FACULDADE DE LETRAS
INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

CONIMBRIGA

VOLUME XVI



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1977

PERCIVAL, John — *The Roman villa. An historical introduction* (Batsford Studies in Archaeology). Berkeley e Los Angeles, University of California Press, 1976. 230 p., 59 figs.

A definição de *villa* não é fácil, tão impreciso e polivalente é o termo nos próprios autores latinos. Percival, porém, dá uma definição útil: *villa* é um edifício no campo, contraposto a *aedes*, edifício na cidade; esse edifício é o centro de uma herdade, que recebe o nome de *fundus*; finalmente, esse edifício é uma construção «à romana», isto é, com a comodidade e o decoro de mosaicos, frescos, termas próprias, etc.

As fontes para o estudo das *villae* são literárias, jurídicas, iconográficas, toponímicas e, acima de tudo, arqueológicas. Poderia o autor ter acrescentado às literárias os fragmentos dos Saserna editados pela Academia das Ciências da Polónia em 1973, com um estudo de J. Kolendo.

Ao tratar dos factores políticos, económicos e culturais do desenvolvimento das *villae* entre o século i e o m e das razões da sua decadência a partir das invasões de francos e alamanos, cremos que o autor vai longe demais quando afirma que a destruição e decadência do século m são evidentes em quase todas as *villae* escavadas com um mínimo de cuidado e atenção. Muito justa, porém, é a sua distinção entre decadência das *villae* e decadência da agricultura: se os edifícios sofreram ou foram abandonados, nem por isso os criados ou os colonos deixaram de cultivar as terras, embora a agricultura possa ter descido nalguns lugares a um nível quase de mera subsistência.[^]

Apesar do renascimento no tempo de Diocleciano e Constantino, o nível de vida nas *villae* não atinge, segundo Percival, o anterior à crise. Aqui, também nos parece que as luxuosas *villae* do século iv desmentem tal afirmação. Aliás, o autor não deixa de mencionar as ricas *villae* da Bretanha, da Panónia e das regiões de Trier e do Mosela; mas poderia acrescentar exemplos da Península Ibérica e da Itália. É certo que a par de *villae* ricas e amplas encontramos outras abandonadas. Estas, porém, não provam nem decadência da agricultura nem descida do nível de vida nas *villae* que se mantiveram. Um fenómeno de concentração de propriedade pode conter a explicação: um proprietário de várias *villae* elegia uma para sua residência e abandonava as outras ou alugava-as a rendeiros de médias posses que, naturalmente, não tinham, nem família, nem riqueza, nem cultura para manterem o edifício como merecia.

No capítulo sobre tipos regionais e distribuição das *villae*, o autor despede rapidamente a questão dos tipos arquitectónicos, não sem recordar a divisão em *villae* com pórtico de fachada, *villae* dispostas em torno de um pátio e *villae* de planta basilical. A sua perspectiva, porém, é mais original e o capítulo poderia subtintular-se «ensaio de definição funcional». Assim, na Itália distingue *villae* suburbanas (essencialmente residenciais, sem exploração rentável), *villae* que funcionavam de residências temporárias e cuja exploração agrária se destinava apenas a ocupar e sustentar os serviços ali permanen-

temente mantidos, *villae* essencialmente rústicas com pequena área residencial e, finalmente, explorações agrícolas mantidas por escravos.

Como específicas de África, Percival define as modestas *villae* que viviam da olivicultura, sem luxo e mesmo com uma área residencial por vezes rudimentar. Teria sido interessante levar mais longe a análise (extremamente sumária) das *villae* da Hispânia. As de La Cocosa e Cuevas de Sória são as únicas ilustradas, aparecendo a segunda classificada, a nosso ver incorrectamente, de «corridor villa». No Algarve, muitas *villae* devem ter derivado a sua riqueza tanto da exploração agrária como da indústria do *garum*; no Alentejo, a pecuária pode ter sido tão importante nalgumas *villae* como a agricultura.

Na Gália encontra o autor a *villa* que explorava provavelmente o sal e a pesca; parece ainda sugerir que algumas *villae* dependiam da exploração do ferro. Mais do que definir os tipos galo-romanos, Percival, nesta província, pretende estabelecer e explicar os factores da distribuição, relacionando a implantação das *villae* com a morfologia, os solos, os mercados, as vias de comunicação e mesmo a localização de propriedades imperiais ou as distribuições oficiais de terras. As melhores páginas deste capítulo sobre tipos regionais e distribuição de *villae* são as que o autor consagra à Bretanha. A multiplicidade das razões apresentadas para explicar a distribuição geográfica ou a evolução das *villae* dá uma ideia clara dos progressos da arqueologia romano-bretã.

Uma comparação da agricultura mediterrânica com a da Europa setentrional, quer no aspecto dos solos, quer no dos métodos, quer ainda no do equipamento técnico, constitui o tema do capítulo quinto. A comparação não podia deixar de ser sumária e sintética mas o leitor é bem orientado para as obras de K.D. White, Applebaum, Stevens e outros, se quiser desenvolver o assunto.

No capítulo sexto, Percival estuda as formas da propriedade, da posse e da exploração da terra, quer romanas quer célticas. Os regimes legais só lhe interessam na medida em que podem esclarecer a ocupação concreta do solo, a distribuição das *villa* e dos *vid*. O latifúndio directamente cultivado pelo proprietário com seus escravos não parece ter sido a forma mais comum da exploração agrária. O rico proprietário era muitas vezes o dono de várias médias herdades, cada uma com sua *villa*, herdades que arrendava. Assim, não admira encontrarem-se em áreas que parecem ter constituído um domínio único (v. g. Ghiragan ou Montmaurin) uma *villa* principal e *villae* secundárias. Parte das terras de um rico proprietário seriam também arrendadas a pequenos colonos, os quais viveriam muitas vezes em aldeias, *vici*.

A *villa* normal era uma empresa rentável, embora o rendimento fosse muito inferior aos 25 ou 30% de Golumela. A rentabilidade dependia, naturalmente, do mercado e nessa medida se pode dizer que o desenvolvimento da vida urbana condicionou o desenvolvimento das *villae*. Se o agricultor trazia à cidade os produtos da terra, levava daquela os produtos industriais e, não podemos esquecê-lo, padrões culturais que explicam em grande parte a arquitectura das *villae*. Os meios de comunicação (estradas e transportes)

e a paz que os tornava seguros foram elementos fundamentais das trocas entre a cidade e o campo. O estímulo para o desenvolvimento da agricultura na época romana foi menos técnico do que económico; menos uma questão de equipamento que uma questão de mercado. As exigências de tributação foram também um factor estimulante nos séculos I e II d.C., embora o seu peso excessivo no Baixo-Império tenha finalmente conduzido ao abandono de muitas terras.

A extensão dos danos causados às *villae* pelas invasões de fins do século IV e princípios de V e a permanência dos seus efeitos são difíceis de avaliar. A prudência recomenda que não se atribuam às invasões todos os incêndios que arqueologicamente se possam considerar desta época. As *villae* parece terem morrido lentamente devido a um colapso social e económico que as invasões agravaram, mas no século V havia ainda *villae* prósperas das quais nos dão testemunho Sidónio Apolinário e outros autores. As *villae*, porém, transformaram-se radicalmente: por um lado muniram-se de torres e cercaram-se de muros; por outro, atraíram os colonos para junto de si. Assim, a *villa* deu origem à aldeia medieval e em sucessivas transformações acabou por desaparecer, irreconhecível e enterrada pela aldeia que dela se formou. Outras *villae*, abandonadas como residências na época das invasões, foram por vezes parcialmente convertidas em igrejas e mosteiros, ou tornaram-se campo santo onde passaram a enterrar-se os mortos. A própria arquitectura dos *triclinia*, que nas ricas *villae* tardo-romanas eram frequentemente espaçosos e rematados em abside, tornava estas salas facilmente adaptáveis a basílicas.

O nosso resumo não conseguiu traduzir toda a riqueza de uma obra cuja leitura é tornada ainda mais agradável por um arranjo gráfico nada luxuoso mas atraente. Um conhecimento extenso mas profundo da bibliografia, pelo menos no que concerne à Gália e à Bretanha (bibliografia cujos títulos principais são dados em lista seleccionada no fim do volume), uma exposição clara, uma facilidade inegável de síntese tornam este volume uma boa introdução ao estudo das *villae*. O leitor encontra aqui não só um resumo dos conhecimentos actuais como uma sugestão bem orientada para futuras leituras ou trabalhos de investigação. Ficam na sombra as *villae* republicanas ou mal esclarecidos os problemas das propriedades imperiais (mas em que medida é que estas cabem naquilo a que Percival chama *villa*?). Em contrapartida, são trazidos a primeiro plano os problemas das *villae* tardo-romanas e das suas transformações na Idade Média; são muito bem equacionadas as formas de propriedade e exploração com os tipos arquitectónicos e a implantação das *villae* e *vici*; são igualmente bem postos os problemas das relações entre cidade e *villa* ou entre formas de propriedade e posse romanas e célticas.

J. ALARCÃO